

Comunicação no Seminário Nacional “Lei Tutelar Educativa: pensar a avaliação”.

Elemento da *task force* responsável pela formação em Lei Tutelar Educativa no âmbito da entrada em vigor da nova legislação sobre direito de menores, no ex-Instituto de Reinserção Social.

Membro de grupo de trabalho responsável pela reorganização do trabalho destinado a recuperar a estatística da actividade operativa do ex-IRS.

Membro do grupo de trabalho destinado a reformular a base de dados e o sistema estatístico dedicados à actividade operativa do ex-IRS.

Membro do grupo de trabalho com o objectivo de produzir documento sobre enquadramento jurídico e estratégia de intervenção do ex-IRS na jurisdição tutelar cível.

Formador do ex-Instituto de Reinserção Social.

Orientador de estágios Profissionais e Académicos;

Tesoureiro Nacional da Associação Sócio Profissional dos Trabalhadores do Instituto de Reinserção Social;

Júri de concursos públicos de aquisições de serviços e obras;

Júri de Concursos de Admissão de funcionários;

Júri de estágios;

Júri de concurso para atribuição de casas de função.

Instrutor de diversos processos de averiguações.

Serviço militar cumprido na Polícia Judiciária Militar como Oficial Investigador, responsável pela investigação/instrução de processos-crime no âmbito de justiça militar.

Advogado estagiário.

Despacho (extracto) n.º 23572/2008

Por meu despacho de 2008.08.29, no uso de competência subdelegada:

Lic. Maria do Rosário Quesada Rodriguez do Amaral, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — autorizado o regresso da situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 2008.10.01. (Isento de fiscalização prévia do TC).

11 de Setembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 23573/2008

Por meu despacho de 2008.09.03:

Concluído o processo concursal para admissão a estágio de ingresso na carreira técnica profissional de reinserção social, foram nomeados definitivamente, os estagiários abaixo indicados, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnica profissional de reinserção social (escalão 1, índice 199) do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social, com efeitos à data da posse.

Renata Matias Cruz Gama Oliveira.

Catarina Isabel Santos Ferreira Garcia.

Pedro Manuel Martins Reis.

Arlindo Alberto Martins Henriques.

Lurdes Barata Alves.

Liana Zenanda Sena Barata

Paula Cristina Tenreiro Tente.

Ana Maria Duarte Barbudo.

Abílio Batista Capelo.

Ana Paula Loforte Dias Branco.

Nuno Miguel Gouveia Dias Fernandes.

Ana Maria Gonçalves Marques Rodrigues.

Ana Filipa Menaia Esteves Cruz.

Diogo Pinheiro Calheiros.

José Eduardo Jorge Tavares.

Ana Paula Gomes Pirralha.

Rui Miguel Santos Caetano.

Luzia Carolina Amaral Ferreira Pimenta.

Susana Amélia Fernandes Jesus.

Renata Sofia Aires dos Santos.

Maria Clara Costa de Carvalho.

Hugo Miguel Valentim Caras Altas.

Ana Márcia Cardoso Moreira Rosalino.

Sandra Emiliania Gonçalves Fernandes.

António Fernandes Vera Cruz Martinho.

Isabela Carvalho da Silva.

João Paulo Saraiva Santos.

João Rui Carvalho Pereira.

Rui Miguel Pereira Nunes Saraiva.

Eduardo António Conceição Brandão Garrido.

Luís Manuel Paixão Lopes.

Aladje Caus Fati.

António Carlos de Almeida Patrício.

Helena Cristina dos Reis Capitão.

Paulo Jorge Caria Marques Figueira.

António Manuel Freitas Matos.

Carlos Alberto Barros Santos.

José Manuel Mateus Rodrigues.

Carla Patrícia Viriato Povoas Galdes.

Maria Ângela Canelas Farunga Tomás.

Joaquim Manuel Correia Guedes Narciso.

Gonçalo José Mourão Almeida.

Anabela Maria Bento Gomes.

Paulo Manuel Pinheiro Costa.

Ana Lúcia Glória Franco Santos.

António Francisco Lança Paulino.

David Dias Henriques.

Luís Miguel Pinheiro Ferreira.

Paulo Jorge Germano Gambino.

Andreia Lúcia Ferreira Pereira Martins Borralho Miguel.

Sandra Sofia Gomes Neves Almeida.

Susana Patrícia Rodrigues Silva João.

Nuno Manuel Alegria Baptista.

José António Arraia Rego.

Luís Henrique Leite Pinto.

Luís Miguel Carvalho Pereira.

Maria Irene de Castro Ramos Silva.

Ricardo Cervantes de Quadros Vaz Monteiro.

Rui Miguel Mauricio Matos.

João Manuel Reis Pinheiro.

Gabriel André Monteiro Pinheiro Pinto Contreiras.

Nuno Carvalho Pires Preto.

Alberto Manuel Tomas Cardoso.

Eliana Alexandra Caldas Ferreira Silva.

Bernardo Manuel Alves Coelho.

Casimiro Aires Ferreira Machado.

Manuel Jesus Gonçalves Pinto Diniz.

Ricardo Filipe Pina Ribeiro.

Pedro Miguel Conceição Ferreira.

Nuno Meira e Cruz Miguel.

(Isento de fiscalização prévia do TC).

11 de Setembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 23574/2008

Pelo meu Despacho n.º 1617/2008/DG, de 25 de Agosto de 2008 e de acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, para Director de Serviços, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 Agosto, foi nomeada, em comissão de serviço, por três anos, renováveis por períodos iguais de tempo, para o cargo de Director de Serviços do Desenvolvimento Sustentável (DSDS), o licenciado Ângelo Emanuel Cortesão de Seica Neves do quadro do Gabinete de Planeamento, Estudos, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

O Júri entendeu como relevante para além da adequação das habilitações académicas, a sua experiência profissional, do ponto de vista técnico do concurso, quer no desempenho de funções de direcção, bem como a qualidade da formação profissional apresentada.

Na entrevista profissional foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais, ao nível da motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um excelente sentido crítico nas situações apresentadas.

Expressou-se com muita clareza e fluência verbais. De realçar os conhecimentos profundos e a qualidade de experiência que detém em matéria de assuntos europeus e internacionais, bem como o conhecimento da organização e coordenação evidenciada pelas participações em que representou, designadamente a Direcção-Geral das Actividades Económicas, em comissões, em grupos de trabalho, conferências internacionais e em Júris, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

25 de Agosto de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Nota curricular

Ângelo Emanuel Cortesão de Seça Neves, nascido a 6 de Novembro de 1963, portador do bilhete de identidade n.º 4479180, emitido em Lisboa a 16 de Janeiro de 2004, de nacionalidade portuguesa, Técnico Superior Principal do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Formação

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - 1986.

Pós-Graduação em Estudos Europeus da Universidade de Coimbra - 1988.

Pós-Graduação em Política Internacional e Direito Comunitário - Universidade Lusíada (1992).

Seminário para Alta Direcção, Instituto Nacional de Administração (INA) - 2004.

Actividade Profissional

2008-2007 - Director de Serviços do Desenvolvimento Sustentável - DG das Actividades Económicas - MEI.

2007-2001 - Director de Serviços de Legislação Comunitária - DG dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais - MFAP.

2000-1999 - Chefe de Divisão do Mercado Interno - DS Coordenação dos Assuntos Comunitários - DG das Relações Económicas Internacionais - MEI.

1991-1998 - Técnico Superior (2.ª e de 1.ª - DG dos Assuntos Comunitários - MNE.

1989-1990 - Jurista do Secretariado Europa 1992 - MNE.

Despacho n.º 23575/2008

Pelo meu Despacho n.º 1618/2008/DG, de 25 de Agosto de 2008 e de acordo com a fundamentação apresentada na proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, para Director de Serviços, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi nomeada, em comissão de serviço, por três anos, renováveis por períodos iguais de tempo, para o cargo de Directora de Serviços da Política Comercial Externa (DSPCE), a licenciada Maria Alice Leite Martins da Costa Rodrigues do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Comércio.

O Júri entendeu como relevante para além da adequação das habilitações académicas, a sua experiência profissional, do ponto de vista técnico do concurso, quer no desempenho de funções de direcção, bem como a qualidade da formação profissional apresentada.

Na entrevista profissional foram evidenciadas excelentes qualidades profissionais, ao nível da motivação, tendo demonstrado muito interesse no desempenho das funções de dirigente e um excelente sentido crítico nas situações apresentadas.

Expressou-se com muita clareza e fluência verbais. De realçar os conhecimentos profundos e a qualidade de experiência que detém na área da política comercial externa, bem como o conhecimento da organização e coordenação evidenciada pelas participações em que representou, designadamente a Direcção-Geral das Actividades Económicas, em comissões, em grupos de trabalho, conferências internacionais e em Júris, que permitem garantir que o seu desempenho será eficaz, conforme se poderá verificar na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho.

25 de Agosto de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Nota curricular

1 — Nome: Maria Alice Leite Martins da Costa Rodrigues

Data de Nascimento: 17 de Fevereiro de 1952

2 — Habilitações Académicas: Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

3 — Habilitações Complementares

Pós-graduação em “Estudos Europeus”, dominante económica, do Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1992).

“Curso de Alta Direcção — INA”

“A Revisão do Tratado de Maastricht” — INA

“A Política de Cooperação na CEE e os Agentes Económicos Portugueses”

“Economia Europeia” — INA

A Política Comercial Comum e as Novas Regras do Comércio Internacional — INA

“Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação” — INA

“Committees and Comitology in the Political Process of the European Community” — European Institute of Public Administration

“As Relações Externas da UE” — INA —

“A Política Agrícola Comum e a Ronda do Milénio” — Institut Européen d’Administration Publique — Maastricht

Conférence Internationale O “Uruguay Round” de Negociações do GATT: Que Perspectivas para o Comércio Mundial? — Universidade Católica Portuguesa

4 — Experiência Profissional

Directora de Serviços de Política Comercial Externa desde Maio de 2007 na Direcção-Geral das Actividades Económicas

Directora de Serviços do Comércio Internacional de 14 de Maio de 2004 a Maio de 2007, da Direcção-Geral da Empresa

Directora de Serviços das Organizações Internacionais Económicas da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais desde Junho de 2001

Directora de Serviços do Licenciamento do Comércio Externo da Direcção-Geral do Comércio desde 1993

Directora de Serviços das Normas Reguladoras da Direcção-Geral do Comércio Externo desde Janeiro de 1990

Chefe de Divisão do Licenciamento desde Fevereiro de 1989

Assessora Principal do quadro da Direcção-Geral do Comércio

5 — Experiência Profissional

Participação em diversas reuniões internacionais no quadro da União Europeia (política comercial comum, política agrícola comum, Política Industrial) do Gatt e OMC (conferências ministeriais, negociações sobre acesso ao mercado de produtos industriais e agrícolas, negociações sobre serviços, conselho geral), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (conferência ministerial, comércio, investimento), Nações Unidas (precursores de droga e substâncias psicotrópicas) e outros *Fora* internacionais (Coordinating committee for multilateral strategic export controls). Economia no Comité 133 nas suas diferentes formas: Titulares, Suplentes, Têxteis, Serviços, Aço, Reconhecimento Mútuo e Questões Comerciais, participação em diversos grupos de trabalho durante as presidências portuguesa da União Europeia; Responsável, pela implementação prática do Acordo sobre a Agricultura do “Uruguay Round”, negociado na vertente acesso ao mercado: Subvenções à exportação (restituições à exportação); Acesso mínimo e acesso corrente (gestão de contingentes).

Representante da Direcção-Geral do Comércio na Comissão de Planeamento Alimentar de Emergência de 1993 a 1999 e da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, na Comissão de Planeamento Industrial de Emergência, de 1996 a 2001.

Participação, como oradora, em diversos seminários sobre temas relativos à União Europeia e OMC.

Tem vindo a colaborar com a equipa docente coordenada pela Prof. Doutora Vera Thortesen na leccionação do módulo de “Políticas do Comércio Externo” no programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento em Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

Publicação de vários artigos relativos a matérias à sua actividade profissional.

Direcção Regional da Economia do Centro**Despacho n.º 23576/2008**

Por meu despacho de 2008-09-08, foi a licenciada Andrea de Oliveira Matos Fernandes Mendes Saldanha, técnica superior de orçamento e conta principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, cumprido o disposto no artigo 41.º da lei 53/2006, de 7 de Dezembro, transferida para a categoria de técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Centro — escalão 2, Índice 560, ficando exonerada do lugar de origem a partir de 1 de Outubro de 2008.

8 de Setembro de 2008. — O Director, *Justino Pinto*.

Direcção de Serviços de Energia**Édito n.º 471/2008**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Águeda, e na Direcção Regional da Economia do Centro, Rua Câmara Pestana n.º 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias, a contar da publicação destes éditos no “*Diário da República*”, o projecto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, S. A., Direcção Rede e Clientes Porto, para o estabelecimento de Linha Mista Águeda — Giesteira II, a 15 KV com 5357 m de SE Águeda a ap. 16 LAT para PT 34/AGD em